ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATORIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS, APOS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: NOVO PROGRESSO/PA

PERIODO: 12/05 A 15/05/2015 (03 e ½) DIÁRIAS

SERVIDORES:

- 57227829/3 - JOYCIRENE DE JESUS SANTOS - (ENGENHEIRO FLORESTAL)

- 55589091/3 - MARCELA DE SOUSA CALDAS - (ENGENHEIRO FLORESTAL)

ORDENADOR: LUIZ FERNANDES ROCHA

PORTARIA Nº 0456/2015-GAB/SEMAs DE 27 DE ABRIL DE 2015

OBJETIVO: REALIZAREM VISTORIA TÉCNICA DE

ACOMPANHAMENTO EM ÁREAS DE PMFS/POA

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994,

ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATORIOS DE VIAGEM: 05

(CINCO) DIAS, APOS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: SANTAREM/PA

PERIODO: 27/04 A 05/05/2015 (08 e ½) DIÁRIAS

SERVIDORES:

- 57227829/3 - JOYCIRENE DE JESUS SANTOS - (ENGENHEIRO FLORESTAL)

- 57192282/2 - CINTHIA TEIXEIRA BELMIRO - (ENGENHEIRO FLORESTAL)

ORDENADOR: LUIZ FERNANDES ROCHA

Protocolo 822109

PORTARIA Nº 00455/2015-GAB/SEMAs DE 27 DE ABRIL DE 2015

OBJETIVO: AOS TÉCNICOS ORGANIZAR E MINISTRAR PALESTRAS

EM GESTÃO DE RECURSOS HIDRICOS NO MUNICÍPIO E AO

MOTORISTA CONDUZIR VEICULO OFICIAL

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994,

ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATORIOS DE VIAGEM: 05

(CINCO) DIAS, APOS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: BRAGANÇA/PA

PERIODO: 06/05 A 08/05/2015 (02 e ½) DIÁRIAS

SERVIDORES:

- 57192055/2 - ALAN JOSE SARAIVA DA SILVA - (TECNICO EM GESTAO PUBLICA)

- 54192803/3 - LUCYANA BATISTA DE OLIVEIRA - (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 57213340/2 - MYCHELLE DE SOUSA PAES - (TECNICO EM GESTAO PUBLICA)

- 57175271/1 - WALDELI ROZANE SILVA DE MESQUITA - (TECNICO EM GESTAO PUBLICA)

- 5875730/3 - LEONARDO FELIPH DE MORAES GOMES - (MOTORISTA)

ORDENADOR: LUIZ FERNANDES ROCHA

Protocolo 822141

PORTARIA Nº 0457/2015-GAB/SEMAs DE 27 DE ABRIL DE 2015

OBJETIVO: PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO

DE RURÓPOLIS.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994,

ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATORIOS DE VIAGEM: 05

(CINCO) DIAS, APOS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: SANTAREM/PA E RURÓPOLIS/PA

PERIODO: 04/05 A 06/05/2015 (02 e ½) DIÁRIAS

SERVIDORES:

- 55588165/2 - MAITE AZEVEDO BARBOSA - (ADVOGADO)

- 5903459/1 - EDIMAX GOMES GONCALVES - (ADVOGADO)

ORDENADOR: LUIZ FERNANDES ROCHA

Protocolo 822157

PORTARIA Nº 0453/2015-GAB/SEMAs DE 27 DE ABRIL DE 2015

OBJETIVO: AOS TÉCNICOS: VISTORIA TÉCNICA, EM

EMPREENHIMENTOS E AO MOTORISTA CONDUZIR VEICULO

OFICIAL.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994,

ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATORIOS DE VIAGEM: 05

(CINCO) DIAS, APOS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: VITORIA DO XINGU/PA, ANAPÚ/PA, MEDICILÂNDIA/PA E URUARÁ/PA

PERIODO: 04/05 A 15/05/2015 (11 e ½) DIÁRIAS

SERVIDORES:

- 5892201/1 - JORGE CLEY SILVA DOS SANTOS - (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

- 57221432/2 - EMA YSABEL SILVA CASTANEIRA - (ENGENHEIRO FLORESTAL)

- 5914588/1 - CLEBER SILVA - (MOTORISTA)

ORDENADOR: LUIZ FERNANDES ROCHA

Protocolo 822190

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Notificação Nº.: 72232/CONJUR/2015

A

ABED SCHMIDT INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO E

EXPORTAÇÃO FLORESTAL LTDA

End: LOC MARGEM DIREITA DO RIO PACAJÁ, SNº, BAIRRO

PORTO BARRO ALTO I

CEP: 68480-000 Portel-PA

Pelo presente instrumento, fica Abed - Ind. Com. IMPORT. E Exp.

De Madeiras Ltda, CNPJ: 83.577.361/0001-22, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 341/2014, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 2278/2013, por estar desenvolvendo a atividade de serraria c/ desdobro de madeira, em face de prestar informações falsas ao sistema desta SEMA, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 11078/2014, nos termos que dispõe o art. 82 do Decreto Federal nº 6.514/2008, praticando as condutas discriminadas no art. 118, incisos VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com art. 70 da Lei 9.605/98, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 100.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, III; 122, III, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08.

O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação

Protocolo 821742

Notificação Nº.: 72234/CONJUR/2015

A

GP Comércio de Combustível Vegetal LTDA - ME

End: SITIO ALVORADA, S/N, LOTÉ A, CONDOMÍNIO INDUSTRIAL

CEP: 68450-000 Moju-PA

Pelo presente instrumento, fica GP Comércio de Combustível Vegetal LTDA, CNPJ: 16.690.874/0001-58, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 10224/2013, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 5965/2012, por estar desenvolvendo a atividade de produção de carvão vegetal, em face de ter em depósito 112 MDC de carvão, sem a devida Licença do Órgão Ambiental competente, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 9895/2013, nos termos que dispõe o art. 47, § 1º do Decreto Federal nº 6.514/2008, praticando as condutas discriminadas no art. 118, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei 9.605/2008, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 7.501 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, II; 122, II, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08.

O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação

Protocolo 821742

(dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08.

O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 821749

NOTIFICAÇÃO Nº. : 72281/CONJUR/2015

A

LATICÍNIOS FORTALEZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

End: RUA ASSEMBLÉIA DE DEUS, SN.

VILA FORTALEZA

CEP: 68.570-000 São Geraldo do Araguaia - PA

Pelo presente instrumento, fica LATICÍNIOS FORTALEZA

INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ Nº 08.370.109/0001-22,

notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo

Administrativo nº 13967/2011, no qual foi lavrado o Auto de

Infração Nº 4735/2011, por estar exercendo atividade de laticínio,

sem a devida Licença do Órgão Ambiental competente, no qual

a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com

o Parecer Jurídico nº 6373/2012, nos termos que dispõe o art.

70 da Lei Federal nº 9.605/98, as condutas discriminadas no

art. 118, incisos I e VI, da referida Lei, aplicou a penalidade

de MULTA SIMPLES, no valor de 2.000 UPF's, cujo recolhimento

deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias,

contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação

do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de

acordo com o previsto nos arts. 115; 119 II; 120 I; 122 I, todos

da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08.

O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 821742

Notificação Nº.: 72234/CONJUR/2015

A

GP Comércio de Combustível Vegetal LTDA - ME

End: SITIO ALVORADA, S/N, LOTÉ A, CONDOMÍNIO INDUSTRIAL

CEP: 68450-000 Moju-PA

Pelo presente instrumento, fica GP Comércio de Combustível Vegetal LTDA, CNPJ: 16.690.874/0001-58, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 10224/2013, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 5965/2012, por estar desenvolvendo a atividade de produção de carvão vegetal, em face de ter em depósito 112 MDC de carvão, sem a devida Licença do Órgão Ambiental competente, no qual a Secretária de Estado de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº 9895/2013, nos termos que dispõe o art. 47, § 1º do Decreto Federal nº 6.514/2008, praticando as condutas discriminadas no art. 118, inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei 9.605/2008, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 7.501 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119 II; 120 I; 122 I, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08.

O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 821742

NOTIFICAÇÃO Nº. : 72189/CONJUR/2015

A

ANTENOR DE CAMARGO

End: ROD.TRANSAMAZÔNICA.

CEP: Sem CEP Rurópolis - PA

Pelo presente instrumento, fica ANTENOR DE CAMARGO CPF Nº

147.775.412-15, notificado, de acordo com o que consta nos autos

do Processo Administrativo nº 17888/2010, no qual foi lavrado

o Auto de Infração Nº 4353/2010, por estar exercendo atividade

de plano de manejo florestal sustentável sem a devida Licença

do Órgão Ambiental competente, no qual a Secretária de Estado

de Meio Ambiente, em consonância com o Parecer Jurídico nº

6387/2012, nos termos que dispõe o art. 51 do Decreto Federal

nº 6.514/2008, as condutas discriminadas no art. 118, incisos VI,

da referida Lei, aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor

de 3.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no

prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez)

dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do

art. 138, §3º, da lei 5.887/95, de acordo com o previsto nos arts. 115;

119 II; 120 I; 122 I, todos da Lei Estadual nº 5.887/95.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir dos 10 (dez) dias subsequentes a publicação do presente ato, nos termos do art. 138, §3º, da lei 5.887/95, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, Parágrafo único e 144, §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados do mesmo prazo referenciado, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08.

O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 821742

NOTIFICAÇÃO Nº. : 72189/CONJUR/2015

A

ANTENOR DE CAMARGO

End: ROD.TRANSAMAZÔNICA.

CEP: Sem CEP Rurópolis - PA

Pelo presente instrumento, fica ANTENOR DE CAMARGO CPF Nº

147.775.412-15, notificado, de acordo com o que consta nos autos

do Processo Administrativo nº 17888/2010, no qual foi lavrado

o Auto de Infração Nº 4353/2010, por estar exercendo atividade